



Argumentum

E-ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@yahoo.com.br

Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

TRASPADINI, Roberta

Dependência e luta de classes na América Latina

Argumentum, vol. 6, núm. 2, julho-diciembre, 2014, pp. 29-43

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475547143004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Dependência e luta de classes na América Latina

Dependence and the class struggle in Latinamerica

Roberta TRASPADINI¹

Debater o texto – *Desafios e Perspectivas para a América Latina do Século XXI* – de um companheiro e intelectual como Marcelo Carcanholo é, ao mesmo tempo, prazeroso e desafiador. Prazeroso por se tratar, na nova geração de intelectuais, de um dos quadros mais bem preparados no tema da crítica da economia política, o que abarca seus estudos e a socialização dos mesmos tanto com os estudantes e colegas de trabalho, quanto com os militantes sociais latino-americanos. Desafiador por seus textos nos instigarem a ir além daquilo que está exposto, na procura de novos e complexos processos de investigação individual-coletiva.

Este texto-debate organiza-se em duas partes: 1) Pontos essenciais sobre o debate da dependência na América Latina; 2) Pontos polêmicos que me permitem tecer algumas considerações dialógicas.

1 Pontos essenciais sobre o debate da dependência na América Latina

Falar de, e desde, América Latina nos coloca questões que resultam centrais para

avancarmos na práxis emancipatória: O que é América Latina? Como propõe Carcanholo, é possível tratá-la como uma unidade categorial? As sociedades e países que a compõem, em que pesem suas especificidades, podem ser tratados com alguma homogeneidade?

O texto de Carcanholo apresenta uma interessante proposta para avançarmos na construção de uma perspectiva que nos permita captar os elementos comuns de América Latina que podem permitir apresentá-la como uma unidade. Recuperando criticamente Aricó na interpretação de América Latina como “uma unidade contraditória”, Carcanholo entende que, embora não fiquem fora as especificidades históricas de cada país ou localidade, é a *dependência* o elemento que permite estabelecer o fio condutor entre os processos, mudanças, continuidades e desafios da América Latina.

Nesse sentido, ao estabelecer um olhar analítico centrado na crítica da Economia Política de Marx para pensar a América Latina Carcanholo nos propõe recuperar uma série de categorias fundantes da teoria marxista,

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Brasil). Doutoranda em estudos latino-americanos na Universidad Autónoma Nacional de México (UNAM, México). Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM, Brasil). Professora militante da Escola Nacional Florestan Fernandes. E-mail: <rtraspadini@yahoo.com.mx>.

tais: o movimento dialético entre capital-trabalho; Exploração e Superexploração; Transferência de valor; Imperialismo-Subimperialismo; Composição orgânica do capital; Mais valia extraordinária; produção-circulação-consumo; capital financeiro e suas facetas (produtivo, bancário, fictício).

Mas o que é a *dependência*? É a razão de ser do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Processo que retrata a especificidade do capitalismo *sui generis* latino-americano, inerente à dinâmica geral de funcionamento do capital. Particularidade que integra a totalidade do movimento do capital, fazendo com que o próprio, América Latina, se torne refém da lógica reprodutora do capital no âmbito mundial.

Um dos movimentos explicativos da *dependência* refere-se aos mecanismos de *transferência de valor*. Nas relações comerciais entre países tecnologicamente mais ou menos avançados, a aparência do fenômeno encarnada nos preços deteriorados das mercadorias das periferias, em relação aos preços crescentes dos produtos das economias centrais, expõe o teor do intercâmbio desigual, a partir do modo específico de produção das mercadorias em cada país. Assim, a *transferência de valor*, em realidade apropriação privada pelas economias centrais de parte da produção social (mais-valia) produzida pelas economias periféricas, reforça a *superexploração da força de trabalho* como a gênese explicativa do dialético movimento desigual do capital em sua totalidade. Através da *superexploração da força de trabalho* a *dependência* ganha materialidade e explicita a real condição de ser do capitalismo na América Latina.

Portanto, a *superexploração da força de trabalho*

é o fundamento da *dependência* latino-americana, demarcado pelos escritos dos teóricos marxistas da dependência. Com base na *superexploração*, entendemos como o desenvolvimento *sui generis* do capitalismo latino-americano assume um caráter particular que se mescla com a forma de *exploração* dos trabalhadores das economias centrais. Salários pagos abaixo do valor necessário para a reprodução de vida do trabalhador e uma vida cotidiana de satisfação das necessidades básicas intensamente atrelada ao crédito-endividamento dos trabalhadores, são marcas tangíveis do caráter da *superexploração da força de trabalho* na América Latina.

A *dependência*, enraizada na *superexploração da força de trabalho*, deve ser entendida, como destaca Carcanholo, como o resultado da disputa concorrencial entre capitais mais e menos avançados na questão tecnológica. Disputa pela apropriação da *mais valia extraordinária*, manifesta no processo de incorporação tecnológica na disputa no interior de um setor econômico, através da criação de condições mais vantajosas na esfera da produção.

Dada a diferença de *composição orgânica e técnica* do capital entre as economias e os setores capitalistas no interior das mesmas, a *transferência de valor* das periferias para os centros e para as economias do continente que se destacam no processo de industrialização dos anos 1950/1960, (Brasil, México, Argentina) retrata, segundo Carcanholo os diferentes níveis de dependência das economias da América Latina com relação às economias centrais e entre as economias periféricas, o que abre passo à conformação do *subimperialismo*, no caso específico do Brasil.

Como bem destacado por Carcanholo, o Brasil, apesar de dependente como as demais economias latino-americanas, teve através da nova onda de industrialização via entrada de capitais estrangeiros nos anos 1950 e 1960, uma ampliação da *composição orgânica de capital* em seu processo de desenvolvimento. Além disso, na concorrência intercapitalista, o Brasil conseguiu apropriar-se, via *mais valia extraordinária*², de parte do valor produzido nas economias vizinhas, quando da relação comercial desigual favorável aos seus produtos.

Tal situação, ao diferenciar o Brasil, no plano do desenvolvimento capitalista, das demais economias periféricas do continente, o colocou numa posição vantajosa de reprodutor direto das condicionantes externas da dominação. Ou seja, o *subimperialismo* brasileiro - face característica da dominação deste país sobre América Latina, em especial no intercâmbio com as economias que compõem a América do Sul - apresenta-se como correia de transmissão do *imperialismo* - face hegemônica da dinâmica geral de reprodução do capital - e ambos constituem a dupla condicionante da *dependência* no continente: 1. A *transferência de valor* das economias periféricas para as economias centrais e não menos importante, 2) a *transferência de valor* entre as economias periféricas.³

Segundo Carcanholo, a unidade dialética no capitalismo contemporâneo (entre determinações estruturais e conjunturais), atrelada

aos mecanismos criados em cada processo histórico específico, para contrarrestar a tendência à crise inerente ao seu desenvolvimento, agudizou as expressivas desigualdades manifestas no desenvolvimento do capitalismo no plano mundial através da relação indissociável entre cinco elementos: aumento da *exploração da força de trabalho*; intensificação da *transferência de valor*; abertura de mercado; aumento da *rotação do capital*; expansão da lógica *fictícia* nos desdobramentos do capital.

O período neoliberal (iniciado nos anos 1970, com forte ênfase na década de 1990/2000) acentuou os processos constitutivos do desenvolvimento dependente latino-americano, o que expõe os problemas profundos da função comprida por América Latina na produção-circulação de capital no âmbito internacional. E, ao mesmo tempo em que a *exploração* ganha novos e mais intensos contornos no mundo como forma de contrarrestar a tendência à queda da *taxa de lucro*, na América Latina, se propaga a utilização do crédito, como se o mesmo fosse descolado do processo produtivo. Esta situação oculta a realidade da *dependência* e do agravamento da *superexploração da força de trabalho* no capitalismo periférico, uma vez que apresenta, na superfície de sua manifestação *fetichizada*, a possibilidade de transição da matriz trabalho-salário-consumo, para a matriz crédito-consumo, sem necessariamente vínculo com o trabalho. O endividamento dos indivíduos e das famílias gerou

² A mais valia extraordinária é originada na concorrência capitalista, dentro dos setores econômicos. É, assim, manifesta na guerra entre capitais oligopolistas pela apropriação de parte do valor produzido pelos demais capitais do setor, tendo a inovação como o elemento substantivo da diferenciação momentânea entre os grandes capitais. Para aprofundamento no tema ver: Carcanholo (2000) e Marini (2011).

³ Cabe destacar que o *subimperialismo* brasileiro necessita ser aprofundado na atual relação produtiva-comercial do Brasil com outras economias periféricas, como Moçambique, que contribuem na ênfase dada à centralidade desta categoria analítica desenvolvida por Marini.

uma potência de ação do capital sobre e contra o trabalho na América Latina. Isto ocorre em um período histórico em que a propaganda e a miséria formativa, estão disseminadas.

O cenário da complexidade do mundo do trabalho na era neoliberal intensificou a *superexploração* no continente latino-americano. Flexibilização das leis trabalhistas, empreendedorismo individual e economia solidária como alternativas ao emprego com carteira assinada e ao desemprego; mudanças nos planos de aposentadoria, bancos de hora, estágios de jovens que duram toda a vida universitária, entre outros, são as novas condicionantes da *práxis* do capital, que reforça o caráter histórico da atualidade da *dependência* na América Latina sob a consigna da *superexploração* e do *superendividamento*. Somados a estes dois últimos, para o caso brasileiro, tem-se a intensificação da lógica *subimperialista*⁴.

O rigor teórico e analítico de Carcanholo na questão do desenvolvimento latino-americano, leia-se *dependência*, nos convoca a trabalhar outras questões, entre as quais, duas em especial, nos interessam para a composição da análise ao longo deste texto: 1. Qual a função social da terra na atual fase de expansão do capital fictício na dinâmica geral do capital? 2. Qual o papel do trabalho no campo na atual fase de supremacia dos trabalhadores concentrados nas grandes cidades da América Latina?

A acentuação da participação do capital portador de juros em relação à participação do

capital produtivo total reflete o grau de intensificação das lutas no campo e na cidade, uma vez que algumas mercadorias entram nessa dinâmica como projeção futura de ganhos não necessariamente reais. A função social da terra, na lógica da produção de bens necessários à subsistência, além de ser vinculada à era do agronegócio, na atual fase contemporânea do capitalismo, entra na arena especulativa, com expressivo encarecimento do crédito e dos lotes. Assim, o capital em sua fase de predominância fictícia traz para a questão agrária a necessária reformulação dos processos que a engendram.

Como destaca Silva (1981, p.13):

[...] a essência da renda da terra nada mais é do que parte da mais-valia que, em vez de ficar com a classe capitalista, vai para o bolso dos proprietários rurais que a tiram dos capitalistas, dado que são eles e não estes os que monopolizam a propriedade fundiária. Assim, o fato da renda da terra ser X ou Y, mais alta ou mais baixa, depende também do resultado da luta de classes, que se trava naquele momento, naquela sociedade, da mesma maneira que disso também depende a distribuição entre lucros e salários. Ou seja, sendo essa renda a remuneração de uma classe, ela se encontra definida, em seus níveis globais, pela luta que opõe os interesses dos proprietários de terras aos dos demais setores da sociedade. Assim, tudo o que os capitalistas conseguem extorquir dos trabalhadores rurais será cobiçado pelos proprietários de terras.

⁴ Para o estudo da atualidade do *subimperialismo* brasileiro na América Latina ver: Vuyk (2013); Luce (2011).

Oliveira (2007, p. 43), segue a mesma linha de Silva (1981) quando reforça:

[...] a renda da terra é uma fração da mais-valia, ou seja, é, mais precisamente, **componente particular e específico da mais-valia**. Para Karl Marx, mais-valia é, no modo capitalista de produção, a forma geral da soma de valor (trabalho excedente e realizado além do trabalho necessário que por sua vez é pago sob a forma de salário) de que se apropriam os proprietários dos meios de produção (capitalistas e ou proprietários de terras) sem pagar o equivalente aos trabalhadores (trabalho não pago) sob as formas metamorfoseadas, transfiguradas de lucro e de renda fundiária.

As particularidades históricas do desenvolvimento do capitalismo no campo na América Latina diferem substantivamente do típico caso inglês onde os proprietários de terra e os capitalistas são figuras que disputam parte do excedente da produção manifesto na extração do valor. Na América Latina, a questão da terra passa pelo entendimento de que “[...] a propriedade da terra é a base de extração do excedente dos trabalhadores rurais” (SILVA, 1981, p. 22). O capitalista agrário tanto promove os desdobramentos econômicos-políticos-culturais para

a consolidação de sua ação monopolista, quanto conforma uma estrutura agrária de dependência em que a produção camponesa é subsumida à função monopolista ditada pelos capitalistas agrários, situação que movimentará a histórica luta de classes no continente.

Segundo Marx, “[...] a renda da terra - absoluta, diferencial do tipo I e do tipo II”⁵ - integra e combina o processo geral de produção/apropriação do capital, de forma que, quanto mais desenvolvido o processo produtivo no âmbito da *composição orgânica e técnica do capital* na agricultura, tanto menor a diferença entre a composição média do capital agrícola frente ao capital social médio. Assim, com a expansão da técnica na produção agrária, há uma tendência ao desaparecimento da *renda absoluta* e a exacerbação da discrepância no teor produtivo entre as propriedades (de grande, médio e pequeno porte), explicitando a lógica da concorrência capitalista na produção de mercadorias oriundas da terra, demarcada pelo processo inerentemente desigual do capitalismo.

O capital fictício, enquanto exacerbação da contradição produção/apropriação contida no capital portador de juros, (CARCANHOLO, 2014), tende a potencializar parte

⁵ Estas três formas funcionais da renda da terra estão vinculadas à produção de mercadorias no campo, de forma que renda da terra é sinônimo de repartição da produção de trabalho excedente no campo entre capitalistas e proprietários de terras, quando estas figuras se constituem como sujeitos diferentes na organização da produção capitalista no campo. Segundo Marx, a renda da terra não advém somente do fato de o proprietário ter o poder jurídico sobre a terra e sim do poder de explorar, ou não, a terra na forma de extração de valor. Detém, portanto um monopólio estratégico para a produção capitalista. A concorrência entre capitalistas atuantes na terra gera os dois tipos de renda diferencial. A renda diferencial do tipo I origina-se da comparação entre tipos de terras distintas, diferentes, (tipo de solo, geografia, extensão, necessidade técnica, etc.). A renda diferencial do tipo II refere-se à incorporação tecnológica na terra, fazendo com haja uma tendência à ampliação da produtividade gerando resultados diferentes, ou seja, intensificação do capital na terra. O monopólio da terra gera a renda absoluta. Como da terra se originam bens vitais, esta posição vantajosa de realizar um preço de mercado acima do preço médio de produção, faz com que a renda absoluta seja originada na dinâmica global da realização de vida social. Ver: Marx (1991).

da extração do valor produzido no campo através da *renda absoluta*, cujo proprietário é, na maioria das vezes, o próprio capital monopolista internacional (capital financeiro). Assim, acompanhando as novas características da reprodução capitalista geral, cuja ênfase tem sido dada ao capital fictício, o capital financeiro, em vez de pagar ao proprietário de terra uma renda, adquire a terra e a deixa parada para compor sua própria dinâmica de produção geral.

No entanto, a terra não é uma mercadoria qualquer. Ela é a substância desde a qual o ser humano em sua relação com a natureza e os demais seres cria e recria vida, em movimento substantivo de reestruturação significativa de si mesmo. Portanto, acumular terra vai muito além da acumulação de capital. É acumular a substância viva de manutenção da existência social. A propriedade privada da terra, centrada na lógica de produção capitalista, encarna um questionamento à existência da humanidade, exigindo lutar para consolidar um projeto que supere a dinâmica bárbara do capitalismo. Nenhuma necessidade socialmente produzida parte de uma materialidade concreta fora da terra. Nesse sentido, há terra para além do capitalismo, mas não há capitalismo sem propriedade privada da terra.

Nas palavras de Oliveira (2007, p. 66):

[...] o proprietário de terra é um personagem de *dentro* do capitalismo. Ao se apropriar de grandes extensões de terra, ele retém essa terra como reserva de valor, ou seja, com o objetivo de especular, de poder se apropriar da renda da terra. É o que fazem os grandes capitalistas que se converteram em colonizadores, vendedores da

mercadoria terra. Dessa maneira, a propriedade capitalista da terra tem que ser entendida como uma contradição do desenvolvimento do modo capitalista de produção tem que ser entendida como produto de uma relação social que ela é.

Os atuais protagonistas do agronegócio na América Latina, a partir da aquisição de maior extensão de terras ao preço de mercado movido pela dinâmica especulativa, reorientam a função social da terra com base na extraordinária situação monopolista que os define. Com isto, geram para os pequenos produtores a acentuação das relações de dependência e subsunção formal-real dos mesmos à dinâmica produtiva capitalista no campo. Isto, somado à ação do Estado nacional com centralidade para a representação dos grandes capitais, traz para a luta de classes no continente, renovados processos de manifestação contestatária à ordem burguesa.

Breve fotografia da América Latina atual segundo três documentos da CEPAL: *Anuário Estatístico de América Latina y el Caribe*, 2013; *La Inversión Extranjera Directa em América Latina y el Caribe*, 2013; *Recursos Naturales situaciones y tendencias para una agenda de desarrollo regional em América Latina y el Caribe*, 2013.

| |
|---|
| - Possui 616.645 milhões de pessoas; |
| - 53,3% da população têm entre 15-49 anos; |
| - 80,9% vivem nas cidades; |
| - Aproximadamente 275 milhões de pessoas compõem a população economicamente ativa; |
| - Distribuição setorial da população ocupada: 19,4% agricultura; 20% indústria; 57,9% serviços; |
| - Taxa de desemprego 6,4%; |
| - Pessoas em situação de pobreza/indigência: cidade: 28,2%; campo: 48,6%; |
| - Distribuição da renda entre grupos: Cidade: mais |

| |
|--|
| pobre: 1,6%, mais rico:38,5%; campo: mais pobre 1,5% e mais rico: 39,6%; |
| - Proporção de mulheres empregadas pelo setor agrícola: 26%; |
| - PIB: US\$ 3.486.088,4; |
| - Grau de abertura econômica: 44,8%; |
| - Investimento Direto Estrangeiro (IED): US\$ 188.101 milhões (serviços: 38%; manufaturas: 36%; recursos naturais: 26%, com destaque para Brasil e México respectivos primeiros lugares que, juntos, somam um IDE aproximado de US\$ 102 milhões. |
| - Os principais destinatários do IDE são Estados Unidos e União Europeia. Com destaque para a centralidade dos investimentos da EU em especial em México e Brasil, cuja inversão chega a 50%; e dos EUA com centralidade para América Central (30%; México: 32%; Brasil:14%). |
| - Cinco maiores fusões e aquisições: 1. Anheuser-Bush-Inbev (Bélgica) com Grupo Modelo (México): US\$ 19.273 milhões; 2. United Hearth Group (EUA) com Amil Participações (Brasil): US\$2.322 milhões; 3. Bancolômbia (Colômbia) com HSBCPanamá (Reino Unido): US\$2.234 milhões; 4. Coca-cola FEMSA (México) com Spaipa AS (Brasil): US\$1.855 milhões; 5. Metlife (EUA) com AFPProvida (Espanha):US\$1.841 milhões. |
| - Exportação de recursos minerais: 21,4%; |
| -Produção mineral em relação ao total mundial: Prata: 47,7%; Estanho em mina: 20,5%; Ferro: 21,1%; Cromo em mina:23,8%; Cobre em mina: 11,6%; zinco: 19,4%; |
| - Do total de produção mineral mundial: US\$ 21.500 milhões, América Latina respondeu com a maior participação, 25%, cuja principal concentração está em Peru, México, Brasil e Chile. |
| _ Investimento direto minero na região: US\$ 735 milhões de dólares. |
| - Hidrocarbonetos: A.L segunda maior região do mundo na produção petroleira, perdendo apenas para o oriente médio. |
| 1. Relação entre reserva/produção (abundância): Petróleo: 89,8 anos; Gás Natural: 33,7 anos. |
| 2. Relação entre produção/consumo: Petróleo: 1,2%; Gás Natural:0,9%. |
| - Petróleo e Gás Natural correspondem no total de exportações: 48% Colômbia e Bolívia; 53% Equador e |

| |
|---|
| Trinitárias; 81% Venezuela. |
| - Principais empresas exploradoras de hidrocarbonetos: YPF (Argentina); PDVSA(Venezuela); Petrobrás (Brasil); PEMEX (México); Ecopetrol (Colômbia). |
| - IDE para a área do hidrocarboneto (2013-2017): US\$400 milhões. |

Esta fotografia nos permite, à luz da unidade contraditória latino-americana destacada por Carcanholo, reforçar o que a região tem em comum na dialética do desenvolvimento dependente: abundância de recursos naturais-minerais; robusto e crescente exército industrial de reservas (terra e trabalho). De forma que a correta ideia de unidade contraditória, cuja substância centra-se na terra e no trabalho específicos da região, necessita ser tratada dentro do cenário dos conflitos manifestos na trajetória de lutas da América Latina cujos matizes imprimem diversas dinâmicas: reformas, revoltas, guerras de guerrilhas, revoluções.

2 Pontos polêmicos que me permitiram tecer algumas considerações dialógicas

Neste item serão trabalhados os seguintes temas brevemente apontados por Carcanholo nas partes iniciais de seu texto: a) Unidade latino-americana; b) Sentido de nação; c) Brasil e o não ser e do sentir-se latino-americano; d) Povo x classe. Estes pontos apresentados por Marcelo na forma de debate, exigem que deixemos claro a linha política interpretativa para não correremos riscos de interpretações equivocadas sobre temas essenciais da atual luta de classes na América Latina. Por isso, dizimar qualquer confusão sobre o tema, desde nossa perspectiva de classe, torna-se imprescindível, dadas as tarefas para avançarmos em nossas organizações e lutas latino-americanas.

a) Unidade latino-americana:

Carcanholo (no texto em debate) apresenta a dependência como o fundamento da unidade latino-americana. Em suas palavras: “A dependência é o que constitui a unidade da América Latina, o que não exclui as especificidades de seus membros.” A *dependência*, forma sui generis do capitalismo latino-americano, foi gestada nos processos de independência política ocorridos na América Latina, como salienta Marini em *Dialética da Dependência*, 1973. Mas, apesar do marco político que a situa, sua raiz é anterior, advém da forma como a terra e o trabalho foram particularmente tratados a partir do processo de conquista-colonização no continente.

A nosso juízo, esta estrutura material histórica do desenvolvimento capitalista no continente tem duas raízes indissociáveis entre si: *terra fecunda e expressiva força de trabalho*. Estas duas substâncias são o que explicam a trajetória histórica da ocupação do continente latino-americano desde a exploração colonial europeia, com destaque para os processos de organização das lutas pelas independências políticas, marco formal de nascimento dos Estados nacionais no continente, passando pelas diferentes fases do desenvolvimento do capitalismo até a atualidade.

O que produz unidade na América Latina é tanto o que a escraviza, quanto o que a pode libertar ao longo da história da luta de classes: o trabalho e a terra. Nesse sentido, a unidade da América Latina, deve ser entendida a partir da conformação histórica de sua formação social baseada na dominação do capital sobre terra e trabalho e das disputas ocorridas no continente, expressas tanto nas lutas por libertação da terra da lógica da pro-

priedade privada, quanto pelas lutas de libertação do trabalho da lógica da *superexploração*, tendo como referência a “autonomia relativa” aberta com as lutas por “independência”.

A unidade latino-americana como disputa expõe duas dimensões chaves: a histórica trajetória de dominação do capital sobre terra e trabalho; e, as lutas de resistência e libertação do trabalho contra o capital. O capital ao consolidar a dominação se apropria de forma privada dos territórios e institui os mecanismos ideológicos dominantes para introjetar suas ideias como “verdades” absolutas, em violenta condição de controle da economia, da política e da cultura. Ao dominar, o capital tanto nega a América Latina como identidade social *una e diversa*, como a reforça desde o âmbito comercial na conformação dos blocos econômicos e das áreas de livre produção-circulação para o capital.

A complexa situação da classe trabalhadora na atualidade do desenvolvimento capitalista na América Latina, do campo e da cidade, coloca em movimento diversas formas de contestações à ordem dominante, entre as quais se encontram proposições de alguns sujeitos e movimentos, que tomam para si na formação da consciência, o sentido de *práxis revolucionária* latino-americana, assentados em outro sentido de terra e de trabalho, para além do instituído pelo capital. A narrativa da história dominante mescla-se com uma complexa gama de experiências de lutas consolidadas por diversos movimentos sociais da América Latina. Parte destas lutas centra-se na ação anticapitalista e anti-imperialista. São lutas contrárias portanto às características estruturais da lógica da dominação do capital sobre terra e trabalho, ao

longo do processo de desenvolvimento do capitalismo sui generis da região. Mas, ainda quando estas disputas ocorrem ao longo de todo o processo de consolidação da *dependência*, ganham no século XXI, particulares formas de manifestação dado o contexto de expansão do capital fictício.

Esta situação nos remete ao debate inicial trazido por Carcanholo sobre a *unidade contraditória* que caracteriza América Latina. Partindo do referencial da luta de classes, cabe destacar que a luta de classes manifesta no marco político, econômico e cultural sobre como se entende a unidade da América Latina, exige a análise dos interesses da burguesia (inter)nacional sobre o *ser-sentir-se* latino-americano a partir da perspectiva que defende e projeta como totalidade, como práxis dominante reprodutora.

Para o capital, falar de América Latina é reforçar, como bem sustenta Carcanholo, a relação indissociável entre desenvolvimento e dependência no continente. América Latina se apresenta para o capital como unidade de ação aparentemente incontestável. Há que modernizar, abrir, desregulamentar, trabalhar a queda do nacional, por um plano sem fronteiras, conforme as políticas consolidadas pela Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA), pelos Tratados de Livre Comércio (TLC's), pelo projeto de reestruturação logística da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA), pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), ao mesmo tempo em que há que se invisibilizar as lutas e criminalizar os sujeitos e movimentos que atuam desde outro lugar que não o de dentro da ordem.

E para o trabalho na complexidade de movimentos que o define? E para os movimentos

sociais e políticos que, herdeiros de Martí, Bolívar e Guevara, acreditam na Pátria Grande? Para estes, a América Latina se apresenta como território de lutas, resistências, memória e história, ainda quando suas condições objetivas de luta não se projetam em uma experiência continental, dadas as limitações próprias à sobrevivência da classe trabalhadora no século XXI.

Cabe reforçar que América Latina, desde a luta entre capital-trabalho, ao se dar nos territórios concretos, ganha contornos nacionais, que, apesar dos inerentes processos políticos-jurídicos que caracterizam o Estado burguês explicitam no plano das lutas concretas, as disputas por reformas e articulações para a superação de dita dominação.

Em síntese, a unidade contraditória que conforma América Latina deve ter como centralidade a análise da luta de classes colocada em movimento ao longo do processo histórico de consolidação do desenvolvimento colonial e pós colonial no continente. Analisar a unidade contraditória no marco da luta de classes nos permite entender a dialética manifesta tanto na posição do capital sobre o território latino-americano, quanto as lutas nacionais, regionais, internacionais por superação das condicionantes burguesas.

b) Sentido de Nação:

Eric Hobsbawm, na introdução do livro *Nações e Nacionalismo desde 1978*, sustenta que:

[...] as nações e seus fenômenos associados devem ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e de outras existências(...) as nações são fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos

das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas (HOBBSAWM, 1990, p.19).

A ideia materializada de nação-nacionalismo exige a compreensão da estrutura na qual ocorre seu enraizamento, através da análise dos processos constitutivos dentro da dialética capital-trabalho, tanto da dimensão dada pela lógica da produção dominante, quanto pela lógica contestatária inerentes à disputa. Portanto, há a perspectiva do estado-nação; do capital; do trabalho; mesclados todos estes processos por disputas expressas na dinâmica da formação da consciência presente na diversidade de lutas na vida cotidiana na América Latina.

A disputa entre projetos-processos no interior da nação se apresenta na manifestação concreta da luta de classes em cada época e território. A nação torna-se o marco territorial da disputa pelo poder, de disputa pela tomada do poder, na consolidação de um Estado de transição socialista, que nem por isso é menos internacional. Esta observação se faz importante, pois, apesar de não haver homogeneidade nos processos de luta dos trabalhadores, uma das características em comum em toda América Latina é a disputa político-eleitoral demarcada no plano da ocupação do Estado, seja para dar continuidade à lógica do capital, ou para consolidar uma postura contrária que, para engendrar transformações mais profundas, necessita reconstituir o plano das reformas nacionais.

Cabe reforçar que, após a substantiva mudança de enfoque das políticas imperialistas norte-americanas para América Latina, após

1989, com a conformação do Consenso de Washington em paralelo à derrota do socialismo real, manifesta na simbólica cena da destruição do muro de Berlim, o caráter nacional ganha maior evidência, ante a política efetuada de desmonte das nações através das políticas de desenvolvimento neoliberais. O que antes era mais evidente como caráter internacional, após 1989 se apresentou como necessidade de resgatar o nacional para reafirmar o internacional.

Portanto, a citação de Marx utilizada por Carcanholo “É uma falsa abstração considerar uma nação, cujo modo de produção repousa no valor e que, além disso, está organizado capitalistamente, como sendo um corpo coletivo que trabalha apenas para as necessidades nacionais” (MARX, 1985, vol. III, tomo 2, p. 293)” necessita ser mais trabalhada, para não correremos o risco de interpretar as lutas no âmbito nacional como pouco estratégicas, quando em realidade são características transformadoras que manifestam a trajetória histórica da luta de classes no continente, sem deixar de entender a correlação de forças internacional em cada período histórico. Basta vermos o significado das vitórias de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa no continente. Dialeticamente, estas vitórias e posições anti-imperialistas, com retomada do plano nacional, reivindicam novos marcos e integração e relação comercial-social no continente, como os demarcados pela Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA) e pela União das Nações Sul-americanas (UNASUL).

c) Brasil e o “*não ser-sentir-se latino-americano*”;

Na mesma linha, me parece que o debate trazido por Carcanholo sobre os elementos que

reforçam o sentimento do brasileiro como não latino-americano, também necessita de aprofundamento. Apesar da particular formação histórico-social do Brasil, e das raízes negra, índia e branca que conformam a complexidade do povo brasileiro, me parece que isto não explica o fundamento do não *ser-sentir-se* latino-americano.

A produção material do *ser-sentir-se* latino-americano está na formação da consciência. O não *ser-sentir-se* latino-americano é mais o resultado histórico da vitória da classe dominante burguesa (inter)nacional que operou e opera no Brasil e na América Latina para conformar os aparelhos ideológicos reprodutores e opressores relativos à projeção de suas verdades-mentirosas, e menos resultante do processo originário desde o próprio sujeito trabalhador brasileiro composto por estas diversas etnias sociais.

É com base nessa relação indissociável entre produção material de vida e consolidação de um processo de consciência que lhe sustente e seja sustentado por ela, que Iasi (2007, p. 12) argumenta ser necessário entender o fenômeno da consciência como movimento:

Sabemos que só é possível conhecer algo se o inserimos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ele se tornou o que é; assim é também com a consciência: ela não “é”, “se torna”. Amadurece por fases distintas que se superam, através de formas que se rompem, gerando novas, que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações. Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, retomando, aparentemente, as formas que abandonou.

Assim, como Iasi (2007), Ludovico Silva

(2013, p. 162) esclarece que a ideologia nasce das entranhas do próprio movimento do capital, e se manifesta concretamente como força destrutiva, pois,

Como chamar as relações de produção que hoje contribuem em tantas partes do mundo, por obra e graça da etapa imperialista do capitalismo, a fabricação de um ser humano doente, reprimido, esmagado por um peso ideológico que desconhece, escravizado por uma turba de objetos que consome irracionalmente, vorazmente? Tudo poderia ser descrito como uma órbita que vai desde a raiva com que os *lud-dita* do século XIX (segundo conta Marx em O Capital) destruíram a machado as máquinas que os substituíam como forças produtivas, até a raiva inconsciente com que hoje o sujeito da classe média na sociedade industrial se *come* essas máquinas e seus produtos, as digere e as integra a seu ser como se fossem fonte nutricional. Como chamar estas relações de produção senão *relações de destruição*?

A consolidação da ideia de América Latina pelo capital se gesta na própria dinâmica inerente de produção do valor no continente e abre, com base nesta estrutura, uma concepção própria instituída a ser projetada como única e homogênea. Nesse sentido, como apresenta acertadamente Carcanholo, a partir do desenvolvimento dos processos tecnológicos diferenciados frente ao desenvolvimento capitalista dos demais países vizinhos, o Brasil conformou sua matriz *subimperialista* de atuação no e sobre o continente. Tal ação exige a construção de uma produção ideológica que, fechada em si mesma, forje a diferença na forma mais perversa da comparação individual-nacional-concorrencial.

Portanto, o Brasil como “*más grande del mundo*” se fundamenta na verdade-mentirosa do capital sobre e contra o trabalho. Tal mentira com ares de verdade, explica para dentro da nação, o mesmo processo que visualizamos para fora, sobre América Latina. Para dentro, há um Brasil que desconhece o Brasil. O que permite reforçar que o território brasileiro de onde emana o *subimperialismo* sobre a região, também é conformado por uma complexa situação de desigualdade na composição orgânica do capital e de desconhecimento mútuo entre os sujeitos das cinco regiões que compõem o país.

Creio que tampouco a língua seria um divisor de águas na consolidação do *ser-sentir-se* latino-americano no Brasil, uma vez que o latim, raiz do português e do espanhol, se conformado para a unidade da classe trabalhadora, poderia resultar em outros processos de vinculação continental. Sem dúvida é um tema a tomar-se em conta, mas não sei na prioridade dada por Carcanholo nas páginas iniciais de seu texto. O idioma integra a forma-conteúdo da ideologia em seus aparelhos dominantes como reprodutora de verdades-mentirosas e ocultadora de experiências reais no continente.

Em realidade, América Latina é desconhecida desde as lutas dos trabalhadores-povos originários e reconhecida desde as células burguesas de reprodução ideológica pelos brasileiros. Os meios de comunicação e a educação formal criaram uma ideia de América Latina em conformidade com o poder e a reprodução do mesmo pelo capital, reforçando a falsa ideia de nação tão combatida por Marx e Engels em sua práxis revolucionária.

Silva (2013, p. 43-44) expõe este tema em seu livro *A mais valia ideológica* e sustenta que:

Não é admissível a prioridade da ideologia sobre o que ela expressa. Que haja escravos é *condition sine qua non* para que se produza uma ideologia escravista no sentido estrito do termo; que haja empobrecimento extremo na base da população é uma das condições para que se produza uma ideologia religiosa baseada na caridade; um fenômeno como a “ideologia cristã” não pré-existia ao fato histórico material de Cristo; em suma para que se produza uma ideia de algo, antes tem que existir esse algo. No entanto, não se trata de mera prioridade temporal sobre a qual poderíamos nos perder em infinitas especulações do tipo “o ovo ou a galinha”; se trata de uma prioridade lógica –muito fácil de explicar, se fosse uma determinação causal, dizendo que logicamente a causa procede o efeito- mas que é mais difícil de explicar por tratar-se de uma determinação dialética. Frequentemente marxistas e não marxistas confundem prioridades temporais com prioridades lógicas, e vice-versa.

d) Povo x classe:

Ainda acerca da formação de uma identidade desassociada do *ser-sentir-se* latino-americano na constituição do povo brasileiro, na perspectiva de Carcanholo, dadas as características particulares de sua colonização, consolidou-se uma matriz social caracterizada pela miscigenação, especificidade que não se visualiza em todo o continente. Nas palavras de Carcanholo (2013, nota de rodapé n. 5):

[...] a constituição contraditória do povo brasileiro com base nos índios originários, negros escravizados (nem todos os países

da região tiveram esta importante presença), português colonizador, imigrantes tardios, torna seu povo, com todos os desdobramentos disto, em algo muito específico na região, se comparado com outros países.

Marx (2003, p. 300-301) ao falar sobre o método da economia política em seu livro *Contribuição à crítica da economia política* afirma:

[...] quando consideramos um país dado desde o ponto de vista econômico-político começamos por sua população, a divisão desta em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos de produção, a exportação, a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. Parece justo começar pelo real e o concreto, pelo suposto efetivo. Assim, por exemplo, na economia começar pela população que é a base e o sujeito o ato social da produção em seu conjunto. No entanto, isto se revela falso, se examinado com maior atenção. A população é uma abstração se deixo de lado, por exemplo, as classes que a compõe. Estas classes são, por sua vez, uma palavra vazia se desconheço os elementos sobre os quais repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. [...] O concreto é concreto porque é a síntese e múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o efetivo ponto de partida e, em consequência, o ponto de partida também da intuição e da representação.

O criterioso caminho defendido por Marx como método de análise que parte do real, independente das vontades individuais, reflete sobre ele e volta a ele para transformá-lo-/superá-lo, explicita que ainda quando a composição do povo brasileiro seja diversa,

isto não é a substância geradora de um possível não *ser-sentir-se* latino-americano. A composição do povo ao ser expressa pelas classes relata a complexidade da atual situação capital-trabalho no continente, cuja história de alienação e fetiche se fizeram presentes na constituição da suposta “verdade” dominante.

O povo brasileiro, generalidade que não explica a concreta relação da luta de classes, é constituído, no universo da relação capital-trabalho, por classes que manifestam a cooperação antagônica. Portanto, parte da classe trabalhadora ainda quando tenha consciência em si relativa à alienação e ao fetiche, não avança rumo à consciência para si, estágio de organização coletiva com o intuito de superação. Isso explicita alguns problemas que este tema anuncia no debate latino-americano no século XXI:

- a. A classe trabalhadora intensamente precarizada e *superexplorada* está majoritariamente fora das células políticas de organização anticapitalista; anti-imperialista, mas inserida nas células de produção material e ideológica instituídas pelo capital de forma intencional;
- b. Parte dessa classe trabalhadora é composta por sujeitos que estão vinculados a células organizativas de classe (partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais), em que parte destas células se vincula à primazia das reformas, relegando a segundo plano a luta anti-capitalista, anti-imperialista.
- c. Outra parte da classe trabalhadora se vincula ao debate da reforma e da revolução e reivindica um projeto societário de disputa de poder centrado na luta anti-capitalista, anti-imperialista, em que o exemplo da Via Campesina e da Coordenadora Latinoamericana de Organizações do Campo (CLOC),

são algumas das expressões desse tipo de luta e formação política.

Entre estes três exemplos podem ser encontradas perspectivas mais ou menos centradas no *ser-sentir-se* latino-americanista e internacionalistas. Tal situação depende tanto da conjuntura da luta de classes em cada país, quanto do teor da formação política manifesta nas células da classe trabalhadora. Nesse sentido, reivindicar o *ser-sentir-se latino-americano*, passa por levantar alguns questionamentos a serem tratados em textos futuros tais como: Qual a natureza da luta de classes no território? Qual a trajetória histórica dos movimentos sociais e políticos que compõem os processos-projetos da classe trabalhadora? Quais os princípios e valores com os quais cada movimento trabalha e efetua sua práxis militante?

Breves considerações finais

Os dois textos abrem a possibilidade de uma série de debates em torno da práxis reacionária e sua antítese a práxis emancipatória. O que ambos convocam para debater é a centralidade da discussão teórica que enraizada na prática política possibilitem captar o movimento real a fim de transformar a realidade latino-americana. Ao reivindicarem as práxis envolvidas nas disputas de classes, os textos convocam para novos debates e investigações coletivas de forte envergadura. Entre as várias questões a serem aprofundadas, merece destaque a centralidade da questão agrária no debate histórico da dependência da América Latina, uma vez que terra e trabalho seguem como mecanismos vitais de extração de valor e riqueza do continente na forma de precarização, aviltamento e esgotamento do trabalho. A terra

como composição das demais mercadorias produzidas no território para concentrar e centralizar a riqueza em poucas mãos no mundo; o trabalho vinculado à terra como substância explicativa do caráter sui generis da superexploração.

A história da batalha das ideias na América Latina; a história da formação social latino-americana; a atualidade de um contexto que encarna o passado ressignificado em um presente complexo e confuso, com necessidade de um futuro diferente a ser protagonizado politicamente pela própria classe trabalhadora latino-americana, eis alguns dos problemas que somente podem ser enfrentados se a postura e o projeto forem coletivos. É sobre estes desafios concretos que os coletivos dos quais Marcelo Carcanholo e eu fazemos parte, relativos à atualidade da Teoria Marxista da Dependência nos dedicamos a estudar, dialogar, repensar o pensado à luz do nosso tempo na América Latina.

Referências

CARCANHOLO, M. Desafios e perspectivas para América Latina no século XXI. **Argumentum**, Vitória, v. 6, n.2, 2014.

CARCANHOLO, R. Sobre o conceito de mais valia extra em Marx. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 5.2000, Fortaleza. **Anais...** Disponível em: <<http://carcanholo.com.br/?p=43>>.

CEPAL. **Anuário Estatístico de América Latina y el Caribe 2013**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2013.

CEPAL. **La Inversión Extranjera Directa**

em América Latina y el Caribe 2013. Santiago de Chile: Naciones Unidas, jun. 2014.

CEPAL. **Recursos Naturales situaciones y tendencias para una agenda de desarrollo regional em América Latina y el Caribe 2013.** Santiago de Chile: Naciones Unidas, jun. 2014.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780.** SP: Paz e Terra, 1990.

SILVA, J. Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1981.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LUCE, M. A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital: a história de uma categoria. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Acesso em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36974/000817628.pdf?sequence=1>>.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, R. Mais valia extraordinária e acumulação de capital. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, K. Contribución a la crítica de la economía política. México: siglo XXI editores, 2003, 7ª. edição.

MARX, K. **O capital, crítica da economia política:** Livro III: o processo global de produção capitalista, Vol. IV. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1991.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: GESP, FFLCH laburo edições, 2007.

SILVA, L. **A mais valia ideológica.** Florianópolis: Ed. Insular, 2012.

VUYK, C. **Subimperialismo brasileiro y dependencia paraguaya:** análisis de la situación actual. Buenos Aires: CLACSO, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D8967.dir/VuykTrabajoFinal-CLACSO2013.pdf>>.